

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias apresentamos a V. Sas., as "Demonstrações Contábeis" do exercício encerrado em 31/12/2019, acompanhado do relatório da auditoria contábil independente e do parecer do auditor atuarial independente. O valor do Patrimônio Líquido atingiu a cifra de R\$ 17.324.052,19, as Provisões Técnicas R\$ 23.185.668,63 e situação de cobertura das Provisões Técnicas R\$ 31.284.562,82. A receita de comercialização de títulos de capitalização alcançou o valor de R\$ 61.408.978,93, com prejuízo de R\$ 765.012,69. Cabe destacar que por meio da Portaria SUSEP nº 6.419, de 17/12/2015, publicada no Diário Oficial da União de 18/12/2015, foi instaurado o regime especial de intervenção na Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - Aplub e na Aplub Capitalização S.A por extensão, regime este que perdura até a presente data.

Porto Alegre, 21 de Fevereiro de 2020.

Arlei Vieira da Silva  
Interventor Substituto  
CPF: 379.298.360-53

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31.12.2019 E 31.12.2018				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31.12.2019 E 31.12.2018						
ATIVO	NOTA EXPLIC.	31.12.2019 EM R\$	31.12.2018 EM R\$	PASSIVO	NOTA EXPLIC.	31.12.2019 EM R\$	31.12.2018 EM R\$		31.12.2019 EM R\$	31.12.2018 EM R\$
<b>CIRCULANTE</b>		<b>45.192.314,76</b>	<b>61.150.955,29</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>32.061.919,50</b>	<b>39.975.954,31</b>	<b>(+)RECEITA LÍQUIDA COM TÍT. DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>30.641.622,02</b>	<b>179.010.530,39</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>8.136.582,88</b>	<b>7.793.276,70</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>		<b>8.876.250,87</b>	<b>3.627.264,69</b>	ARRECADAÇÃO COM TÍT. DE CAPITALIZAÇÃO	61.408.978,93	361.110.095,20
CAIXA E BANCOS	3.1	8.136.582,88	7.793.276,70	OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.12	2.373.754,54	2.150.068,08	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA RESGATE	(30.767.356,91)	(182.099.564,81)
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>3.2</b>	<b>31.284.562,82</b>	<b>46.359.391,91</b>	IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS				<b>(+/-)VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>(27.079,67)</b>	<b>454.318,04</b>
TÍTULOS DE RENDA FIXA		31.283.495,10	46.357.909,55	A RECOLHER	3.13	214.681,36	469.263,10	<b>(+)RESULTADO COM SORTEIO</b>	<b>(27.023.756,74)</b>	<b>(157.720.695,10)</b>
QUOTAS DE FUNDOS DE INVEST.		1.067,72	1.482,36	ENCARGOS TRABALHISTAS		306.130,63	349.226,57	REVERSÃO	6.871.132,07	34.247.645,55
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>3.3</b>	<b>1.194.503,24</b>	<b>1.237.783,91</b>	EMPRÉSTIMOS	3.17	5.697.000,00	-	CONSTITUIÇÃO	(9.539.234,61)	(34.132.493,61)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		1.194.503,24	1.237.783,91	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	3.14	110.075,92	50.273,50	DESPESAS C/ TÍTULOS SORTEADOS	(24.355.654,20)	(157.835.847,0)
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>4.322.508,33</b>	<b>5.595.171,80</b>	OUTRAS CONTAS A PAGAR	3.15	174.608,42	608.433,44	<b>(-)CUSTOS DE AQUISIÇÃO</b>	<b>(3.104.311,17)</b>	<b>(6.826.668,10)</b>
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	3.4	2.067.192,01	2.085.928,56	<b>PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>3.16</b>	<b>23.185.668,63</b>	<b>36.348.689,62</b>	<b>(+/-)OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>7.250.420,73</b>	<b>(12.104.448,02)</b>
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	3.5	524.811,66	568.978,92	PROVISÃO PARA RESGATES		16.656.561,53	28.356.588,51	RECEITA C/ RESGATES DE TÍTULOS	21.743,66	22.168,93
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS		540.970,87	1.062.501,87	PROVISÃO PARA SORTEIO		6.502.027,43	7.992.101,11	RECEITA C/ PRESC. DE EXIGIBILIDADE	951.164,87	2.155.366,65
OUTROS CRÉDITOS		1.189.533,79	1.877.762,45	OUTRAS PROVISÕES		27.079,67	-	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3.632.462,18	1.263.446,04
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>49.559,05</b>	<b>109.559,05</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.313.975,98</b>	<b>12.844.296,23</b>	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2.645.050,02	(15.545.429,64)
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		48.816,00	108.816,00	<b>CONTAS A PAGAR</b>		<b>1.072.379,01</b>	<b>1.072.706,04</b>	<b>(-)DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(9.734.325,77)</b>	<b>(9.646.329,43)</b>
ALMOXARIFADO		743,05	743,05	OBRIGAÇÕES A PAGAR		1.072.379,01	927.982,58	PESSOAL PRÓPRIO	(5.034.240,00)	(5.164.699,75)
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>204.598,44</b>	<b>55.771,92</b>	OUTRAS CONTAS A PAGAR		-	144.723,46	SERVIÇOS DE TERCEIROS	(2.400.353,12)	(2.128.847,28)
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.507.632,91</b>	<b>9.758.360,13</b>	<b>OUTROS DÉBITOS</b>		<b>3.241.596,97</b>	<b>11.771.590,19</b>	LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	(631.335,33)	(999.671,62)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>5.562.897,73</b>	<b>6.747.987,97</b>	PROVISÕES JUDICIAIS	3.10	3.241.596,97	11.771.590,19	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	(155.592,12)	(168.767,25)
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>5.560.649,73</b>	<b>6.741.243,57</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>17.324.052,19</b>	<b>18.089.064,88</b>	PUBLICAÇÕES	(53.500,00)	(39.652,04)
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		149.594,09	149.594,09	CAPITAL SOCIAL		20.000.000,00	20.000.000,00	DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES	(94.812,36)	(93.697,39)
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		5.411.055,64	6.591.649,48	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		237.089,52	243.284,52	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	(1.364.492,84)	(1.050.994,10)
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>2.248,00</b>	<b>6.744,40</b>	RESERVAS DE LUCROS		-	-	<b>(-)DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	<b>(583.788,45)</b>	<b>(1.189.423,22)</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>2.746.107,67</b>	<b>2.828.040,55</b>	PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.22	(2.913.037,33)	(2.154.219,64)	<b>(+)RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1.841.344,27</b>	<b>4.150.100,85</b>
IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA	3.8	2.734.470,65	2.816.403,53	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>53.699.947,67</b>	<b>70.909.315,42</b>	RECEITAS FINANCEIRAS	2.422.895,08	5.132.211,54
OUTROS INVESTIMENTOS		11.637,02	11.637,02					DESPESAS FINANCEIRAS	(581.550,81)	(982.110,69)
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>3.7</b>	<b>198.627,51</b>	<b>182.331,61</b>					<b>(+)RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>(25.137,91)</b>	<b>(30.925,26)</b>
BENS MÓVEIS		198.627,51	182.331,61					RECEITAS C/ IMÓVEIS DE RENDA	64.398,75	51.007,62
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>53.699.947,67</b>	<b>70.909.315,42</b>					DESPESAS C/ IMÓVEIS DE RENDA	(89.536,66)	(81.932,88)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2019 E 31.12.2018**

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE		LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		REAVALIAÇÃO	LUCROS		
<b>SALDOS FINAIS - 31/12/2017</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>249.479,52</b>	<b>6.147.954,99</b>	<b>0,00</b>	<b>26.397.434,51</b>
<b>RESERVAS DE REAVALIAÇÃO</b>		<b>(6.195,00)</b>		<b>6.195,00</b>	<b>0,00</b>
Baixa por Alienação de Bens		(6.195,00)		6.195,00	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				<b>(8.308.369,63)</b>	<b>(8.308.369,63)</b>
<b>PROPOSTA P/ DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO</b>			<b>(6.147.954,99)</b>	<b>6.147.954,99</b>	<b>-</b>
Reserva Legal			(1.546.266,36)	1.546.266,36	-
Reserva Estatutária			(4.601.688,63)	4.601.688,63	-
<b>SALDOS FINAIS - 31/12/2018</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>243.284,52</b>	<b>0,00</b>	<b>(2.154.219,64)</b>	<b>18.089.064,88</b>
<b>RESERVAS DE REAVALIAÇÃO</b>		<b>(6.195,00)</b>		<b>6.195,00</b>	<b>0,00</b>
Baixa por Alienação de Bens		(6.195,00)		6.195,00	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				<b>(765.012,69)</b>	<b>(765.012,69)</b>
<b>SALDOS FINAIS - 31/12/2019</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>237.089,52</b>	<b>0,00</b>	<b>(2.913.037,33)</b>	<b>17.324.052,19</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**1 Contexto Operacional**  
A Aplub Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Júlio de Castilhos nº 10, Centro, na Cidade de Porto Alegre - RS, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 07 de Junho de 1996, para atuar na área de capitalização, bem como participar em outras empresas. A controladora da sociedade é a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB, que possui 99,97% do capital da sociedade. A sociedade atua no segmento de capitalização nas seguintes modalidades: Tradicional, Incentivo e Filantropia Premiável de acordo com a Circular SUSEP nº 569, de 02 de maio de 2018. Cabe destacar que em 17 de dezembro de 2015 foi decretado regime de Intervenção na Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil e na Aplub Capitalização S.A por extensão conforme Portaria SUSEP nº 6.419, de 17 de dezembro de 2015 publicado no Diário Oficial. A portaria SUSEP nº 6.568 de 16 de Junho de 2016 prorrogou o regime de intervenção na sociedade.  
Nos termos da Portaria SUSEP nº 7.195 de 29 de agosto de 2018 foi decretada a Liquidação Extrajudicial da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB. No entanto, nos termos da decisão proferida em 05 de setembro de 2018, nos autos do processo nº 5033330-34.2018.4.04.0000, que tramita junto a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tornaram suspensos os termos da mencionada Portaria.  
Nos termos da Portaria SUSEP nº 7.462 publicada em 29 de agosto de 2019 foi exonerado das funções o Interventor, nomeado pela Portaria SUSEP nº 7.109 de 26 de abril de 2018, assumindo a partir de então o Interventor Substituto.

**2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis que são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), carta Circular 517/2015, com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Estas informações são demonstradas através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente.

**2.1 Moeda funcional**  
As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais "R\$", sendo esta a moeda de trabalho que a sociedade definiu.

**2.2 Comparabilidade**  
A comparabilidade do Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício "DRE" e Fluxo de Caixa "DFC", obedecem às orientações específicas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**2.3 Evento subsequente**  
A Aplub Capitalização S.A. avaliou os eventos subsequentes até 21 de fevereiro de 2020, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Intervenção.

**3 Principais práticas contábeis**

**3.1 Caixa e Bancos**  
A composição do Caixa e Bancos, está assim constituída: Numerários em caixa no valor de R\$ 4.437,55, saldo bancário no valor de R\$ 508.975,22 e investimentos equivalente a caixa no valor de R\$ 7.623.170,11.

**3.2 Aplicações Financeiras**  
As aplicações em títulos de renda fixa estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos decorridos até a data do Balanço e encontram-se classificados na categoria de títulos para negociação. Os títulos públicos federais tiveram como parâmetro para atualização, o mercado secundário da Anbima, assim distribuídos:

	31/12/2019		31/12/2018	
	PERC.	VALOR	PERC.	VALOR
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	99,99%	31.283.495,10	90,85%	42.117.986,99
Notas do Tesouro Nacional - NTN	0,00%	0,00	9,15%	4.239.922,56
<b>Quotas de Fundo de Investimentos</b>				
Fundo de Investimento	0,001%	1.067,72	0,001%	1.482,36
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>31.284.562,82</b>	<b>100%</b>	<b>46.359.391,91</b>

**3.3 Créditos das Operações de Capitalização**  
Os Créditos das Operações de Capitalização estão classificados no Ativo Circulante aguardando os recursos a serem ingressados, cujos vencimentos não ultrapassem o prazo de 12 meses.

**3.4 Créditos a Receber**  
O saldo de Créditos a Receber no montante de R\$ 2.067.192,01 é composto da seguinte forma:  
R\$ 8.033.089,30 referente à demais valores a receber e R\$ (5.965.897,29) referente a provisão de redução ao valor recuperável.

**3.5 Créditos Tributários e Previdenciários**  
O saldo de Créditos Tributários e Previdenciários é composto de impostos e contribuições a compensar, da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>IR a compensar</b>	<b>304.239,89</b>	<b>353.133,10</b>
<b>CSLL a compensar</b>	<b>207.691,88</b>	<b>210.696,92</b>
<b>Cofins a compensar</b>	<b>8.719,92</b>	<b>4.538,98</b>
<b>PIS a compensar</b>	<b>4.159,97</b>	<b>609,92</b>

**3.6 Ativo Realizável a Longo Prazo**  
Os direitos vencíveis após o encerramento do próximo exercício estão classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP).  
O grupo Títulos e Créditos a Receber com saldo de R\$ 5.560.649,73 é composta por Créditos a Receber R\$ 1.677.954,24, que, por ora, temos uma provisão ao valor recuperável de R\$ 1.528.360,15 e de Outros Créditos a Receber R\$ 10.491.304,88 sendo: R\$ 3.287.271,70 relativo à venda do investimento na empresa Aplub Informática para a empresa Aplub Agro Florestal S/A, R\$ 6.886.797,94 relativo ao adiantamento para futuro aumento de capital para a empresa Aplub Informática, que hoje são de responsabilidade da empresa Aplub Agro Florestal S/A, R\$ 317.235,24 que transferimos do Ativo Circulante referente ao saldo de aplicação financeira na forma de CDB no

Obs: Demonstração dos resultados abrangentes, considerando-se que não houve operações que gerassem outros resultados abrangentes, deixamos de apresentar com a "DRA".

**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31.12.2019 E 31.12.2018**

NOME DA CONTA	31.12.2019	31.12.2018
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT LÍQUIDO do Período</b>	<b>(765.012,69)</b>	<b>(8.308.369,63)</b>
<b>Ajustes para:</b>	<b>1.363.463,21</b>	<b>3.271.339,68</b>
Depreciações e Amortizações	122.862,39	132.922,39
Perda (Rev. de perdas) por red. ao valor rec. dos ativos	1.240.600,82	3.138.417,29
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>	<b>(5.894.918,93)</b>	<b>11.715.977,13</b>
Ativos financeiros	15.074.829,09	65.643.246,94
Créditos das operações de capitalização	(3.536,31)	1.416.725,01
Créditos Fiscais e Previdenciários	44.167,26	-
Depósitos judiciais e fiscais	521.531,00	(92.004,84)
Despesas antecipadas	(144.330,12)	(7.255,67)
Outros ativos	753.775,21	(1.433.275,81)
Impostos e Contribuições	59.802,42	(3.817.569,67)
Outras contas a pagar	(507.816,24)	(9.632.862,50)
Provisões técnicas - capitalização	(13.163.020,99)	(50.954.929,00)
Provisões Judiciais	(8.529.993,22)	10.593.902,67
Outros Passivos	(327,03)	-
<b>Caixa Gerado / (Consumido) pelas operações</b>	<b>(5.296.468,41)</b>	<b>6.678.947,18</b>
<b>Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Ativ. Oper.</b>	<b>(5.296.468,41)</b>	<b>6.678.947,18</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamento pela Compra:	(57.225,41)	(2.730,00)
Imobilizado	(57.225,41)	(2.730,00)
<b>Caixa Líquido Gerado / (Cons.) nas Ativ. de Inv.</b>	<b>(57.225,41)</b>	<b>(2.730,00)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aquisição de Empréstimos	5.697.000,00	-
<b>Caixa Líq. Gerado / (Consumido) nas Ativ. de Fin.</b>	<b>5.697.000,00</b>	<b>-</b>
<b>Aum./ (Red.) Líquido(a) de Caixa e Equiv. de Caixa</b>	<b>343.306,18</b>	<b>6.676.217,18</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período</b>	<b>7.793.276,70</b>	<b>1.117.059,52</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período</b>	<b>8.136.582,88</b>	<b>7.793.276,70</b>

Porto Alegre, 21 de Fevereiro de 2020

Banco BVA S.A., que se encontra em processo de liquidação pelo Banco Central, motivo pelo qual também registramos valor idêntico como redução ao valor recuperável e redução ao valor recuperável de R\$ 3.287.271,70 referente as parcelas não pagas pela Agro Florestal na venda do investimento. No que se refere a nossa última venda, citada no texto acima, estamos fazendo uma provisão ao valor recuperável no valor de R\$ 1.180.593,84, no ano de 2019 e no acumulado, chegamos em um total de R\$ 5.080.249,24.

**3.7 Imobilizado**  
A composição do Ativo Imobilizado é a seguinte: A) Hardware R\$ 569.526,10 B) Softwares R\$ 864.929,50 C) Central telefônica R\$ 25.000,00 D) Refrigeração R\$ 442.194,94 E) Máquinas, Móveis e Utensílios R\$ 392.504,09 F) Veículos R\$ 159.643,00 G) Depreciação Acumulada R\$ (2.255.170,12).

**3.8 Imóveis**  
A composição dos Imóveis é a seguinte: Terrenos Urbanos R\$ 416.637,91, Edificações Urbanas R\$ 3.336.763,56 e Edificação Urbana Depreciação Acumulada R\$ 1.018.930,82.

**3.9 Depreciações e Amortizações**  
As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método linear que consiste na aplicação de taxas durante o período de vida útil estimado do bem.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

continuação

administrativo conforme abaixo, sendo contabilizados apenas os processos com risco de perda provável:

Prob. de perda pass.	Cível	Trabalhista	Adm./Trib.	Total
<b>Provável</b>	2.774.905,29	443.816,68	22.875,00	3.241.596,97
<b>Possível</b>	17.397.055,84	2.573.358,60	1.403.343.829,18	1.423.314.243,62
<b>Total Passivas</b>	<b>20.171.961,13</b>	<b>3.017.175,28</b>	<b>1.403.366.704,18</b>	<b>1.426.555.840,59</b>

A discussão tributária, em fase administrativa, refere-se a autos de infração emitidos pela Receita Federal pela exclusão de descontos incondicionalmente concedidos na base de cálculo do IRPJ e CSLL dos anos 2011 e 2012, bem como do PIS e COFINS dos anos 2010 à 2012.

**3.11 Risco de liquidez, risco de mercado e risco de crédito**

A Aclub Capitalização está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, em maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos:

**Risco de Liquidez:** Gerenciado através do monitoramento do descaimento de fluxos financeiros de ativos e passivos, evitando reflexos sobre a capacidade da empresa em honrar seus compromissos.

**Risco de Mercado:** As aplicações financeiras não apresentaram descaimento nas taxas de juros contratadas, haja vista que são remuneradas em 100% da SELIC em se tratando de títulos públicos, e no intervalo de 90 a 100% do CDI em relação as aplicações em títulos privados.

**Risco de Crédito:** A Aclub Capitalização age de forma conservadora, com baixa exposição a esses riscos, na medida em que mantém seus investimentos em Instituições Financeiras de primeira linha.

**3.12 Obrigações a Pagar**

O saldo da conta Obrigações a pagar é de R\$ 2.373.754,54 este saldo é composto por Dividendos a Pagar R\$ 165,84, Honorários, Remuneração e Gratificação a Pagar R\$ 134.643,92 e Outras Obrigações a Pagar R\$ 2.238.944,78.

**3.13 Impostos e encargos sociais a recolher**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Imposto de Renda Retido na fonte de funcionários</b>	42.047,50	51.184,07
<b>Imposto de Renda retido de terceiros</b>	17.068,73	196.459,44
<b>Imposto sobre Serviço Retido</b>	801,67	43,24
<b>Contribuição Previdenciária</b>	122.865,18	80.951,91
<b>Contribuição para o FGTS</b>	21.056,87	21.870,09
<b>Outros impostos e encargos sociais</b>	10.841,41	118.754,35

**3.14 Impostos e Contribuições**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>COFINS</b>	94.688,96	43.246,02
<b>PIS</b>	15.386,96	7.027,48

**3.15 Outras Contas a Pagar**

Estão registrados nesta rubrica, valores a regularizar R\$ 20.771,07, cheques emitidos para pagamentos de sorteios e não compensados até 31/12/2019 no valor de R\$ 153.837,35, que deverão ser compensados no decorrer de 2020.

**3.16 Provisões Técnicas de Capitalização**

As Provisões Técnicas foram calculadas de acordo com as Notas Técnicas que deram origem aos títulos de capitalização comercializados pela empresa. A empresa chegou ao final do exercício com o saldo de R\$ 23.185.668,63. Oferecemos em cobertura das Provisões Técnicas os seguintes Ativos: a) Títulos de Renda Fixa Públicos – LFT R\$ 31.283.495,10; b) Fundo de Investimento R\$ 1.067,72, existindo uma suficiência de R\$ 8.098.894,19. A Liquidez mínima necessária é de R\$ 362.869,22 ficando com uma suficiência de liquidez de R\$ 7.736.024,97.

Jana Dez	Saldo Inicial	Constituição	Reversão	Juros/Atualiz.	Saldo Final
Provisão p/ Resgate	28.356.588,51	30.767.498,49	42.834.135,48	366.610,01	<b>16.656.561,53</b>
Provisão p/ Sorteio	7.992.101,11	33.894.747,78	35.384.858,74	37,28	<b>6.502.027,43</b>
Prov. Comp. de Sort.	0,00	17.495.688,36	17.468.608,69	0,00	<b>27.079,67</b>
<b>Total</b>	<b>36.348.689,62</b>	<b>82.157.934,63</b>	<b>95.687.602,91</b>	<b>366.647,29</b>	<b>23.185.668,63</b>

**1. Provisão Matemática para Capitalização**

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

**2. Provisão para Resgate**

A Provisão para Resgate (PR) deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei, nas modalidades a seguir:

- Títulos Vencidos: constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído.  
- Títulos Antecipados: constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador.

**3. Provisão para Sorteios a Realizar**

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deve ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

**4. Provisão para Sorteios a Pagar**

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) deve ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do

comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

**5. Provisão Complementar de Sorteio**

A Provisão Complementar de Sorteio (PCS) deve ser constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

**3.17 Partes Relacionadas**

A - A Aclub Capitalização, comercializou no exercício de 2019 títulos de capitalização para sua controladora, Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil-APLUB no valor de R\$ 1.710.399,86 e para o exercício de 2018 o montante de R\$ 4.422.623,86.

B - A Controladora disponibilizou em 2019 a quantia de R\$ 5.697.000,00, para que a controlada, Aclub Capitalização, solvesse um acordo judicial junto ao Tribunal Superior do Trabalho, que ambas eram rés.

**3.18 Fluxo de caixa**

A empresa optou por demonstrar no ano de 2019 em comparativo com 2018 o método indireto do fluxo de caixa.

**3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Aclub Capitalização encerrou o exercício de 2019 com prejuízo, mas devido a uma exclusão na base de cálculo, não gerou saldo a pagar de IRPJ e CSLL.

Resultado Contábil	(765.012,69)
(+) Despesas Não Dedutíveis	1.253.408,31
(-) Reversão de Provisões	(4.611.308,53)
<b>(=) Lucro Real</b>	<b>(4.122.912,91)</b>
<b>Base de Cálculo para IRPJ e CS</b>	<b>(4.122.912,91)</b>

**3.20 Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado**

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) será calculado com base no Patrimônio Líquido Contábil ou no patrimônio social contábil, processados os seguintes ajustes:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	
	Valor
<b>1. Ajustes Contábeis</b>	
1.1 Patrimônio Líquido	17.324.052,19
1.3 Despesas Antecipadas	(206.846,44)
1.12 Obras de arte	(4.620,00)
1.15 Créditos de alienação de Ativos	(5.411.055,64)
1.17 Patrimônio Líquido Ajustado - Subtotal	11.701.530,11
<b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	
2. Valor do Ajuste	
<b>2.7. Patrimônio líquido ajustado (total) = Patrimônio líquido ajustado (subtotal) + ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>11.701.530,11</b>
<b>3. Capital Base (CB)</b>	<b>10.800.000,00</b>
Capital de Risco de Subscrição	510.742,46
Capital de Risco de Crédito	1.065.760,38
Capital de Risco de Operacional	408.978,12
Capital de Risco de Mercado	1.091.473,99
Efeito de Correlação	(669.801,78)
<b>4. Capital de Risco (CR)</b>	<b>2.407.153,17</b>
<b>5. Capital Mínimo Requerido (CMR) = Máx (CB, CR)</b>	<b>10.800.000,00</b>
<b>6. Suficiência (PLA-CMR)</b>	<b>901.530,11</b>

**3.21 Demonstração do Resultado do Exercício**

DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO:

**A - RESULTADO COM VENDA DE TÍTULOS**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita Líquida com Títulos de Capitalização</b>	<b>30.641.622,02</b>	<b>179.010.530,39</b>
Arrecadação com Títulos de Capitalização	61.408.978,93	361.110.095,20
Despesas com Resgate	(30.767.356,91)	(182.099.564,81)

**B - VARIÇÃO DAS PROVISÕES**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Varição das Provisões Técnicas</b>	<b>(27.079,67)</b>	<b>454.318,04</b>
Reversão	17.468.608,69	124.137.679,83
Constituição	(17.495.688,36)	(123.683.361,79)
<b>Resultado com Sorteios</b>	<b>(27.023.756,74)</b>	<b>(157.720.695,10)</b>
Reversão	6.871.132,07	34.247.645,55
Constituição	(9.539.234,61)	(34.132.493,61)
Despesas com Títulos Sorteados	(24.355.654,20)	(157.835.847,04)

**C - CUSTO DE AQUISIÇÃO**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Custo de Aquisição</b>	<b>(3.104.311,17)</b>	<b>(6.826.668,10)</b>
Despesas de Corretagem	(282.159,84)	(155.345,35)
Despesas de Custeamento de Vendas	(2.822.151,33)	(6.671.322,75)

**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Aclub Capitalização S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência da Aclub Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

**Ênfase**

Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1 às demonstrações financeiras, a Aclub Capitalização S.A. está em regime de intervenção desde 2015, mediante a Portaria SUSEP n° 6.419. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

**D - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>7.250.420,73</b>	<b>(12.104.448,02)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>4.605.370,71</b>	<b>3.440.981,62</b>
Receita com Resgate de Títulos	21.743,66	22.168,93
Receita com Prescrição de Exigibilidade	951.164,87	2.155.366,65
Outras Receitas Operacionais	3.632.462,18	1.263.446,04
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>2.645.050,02</b>	<b>(15.545.429,64)</b>
Despesas com Mensalidades a Receber	(1.658.437,04)	(3.138.417,29)
Despesas com Outras Provisões	4.611.308,53	(10.593.902,67)
Outras Despesas Operacionais	(307.821,47)	(1.813.109,68)

**E - DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(9.734.325,77)</b>	<b>(9.646.329,43)</b>
Com Pessoal Próprio	(5.034.240,00)	(5.164.699,75)
Com Serviços de Terceiros	(2.400.353,12)	(2.128.847,28)
Com Localização e Funcionamento	(631.335,33)	(999.671,62)
Com Publicidade e Propaganda Institucional	(155.592,12)	(168.767,25)
Com Publicações	(53.500,00)	(39.652,04)
Com Donativos e Contribuições	(94.812,36)	(93.697,39)
Com Despesas Administrativas Diversas	(1.364.492,84)	(1.050.994,10)

**F - DESPESAS COM TRIBUTOS**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>(583.788,45)</b>	<b>(1.189.423,22)</b>
Despesas com PIS e COFINS	(396.519,14)	(931.441,48)
Taxa de Fiscalização	(187.269,31)	(257.981,74)

**G - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.841.344,27</b>	<b>4.150.100,85</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>2.422.895,08</b>	<b>5.132.211,54</b>
Com Títulos de Renda Fixa - Privados	130.852,20	1.516.984,01
Com Títulos de Renda - Públicos	2.281.460,89	3.159.875,45
Com Títulos de Renda Variável	2.327,49	1.610,63
Com Outras Receitas Financeiras	8.254,50	453.741,45
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(581.550,81)</b>	<b>(982.110,69)</b>
Provisões Técnicas - Capitalização	(366.625,08)	(673.234,49)
Outras Despesas Financeiras / Eventuais	(214.925,73)	(308.876,20)

**H - RECEITAS E DESPESAS PATRIMONIAIS**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>(25.137,91)</b>	<b>(30.925,26)</b>
Receita com Imóveis de Renda	64.398,75	51.007,62
Despesas com Imóveis Destinados à Renda ou Venda	(89.536,66)	(81.932,88)

**I - IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES S/ LUCRO**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Impostos e Participações</b>	<b>0,00</b>	<b>(4.404.829,78)</b>
Imposto de Renda	0,00	(2.436.460,99)
Contribuição Social s/ Lucro Líquido	0,00	(1.968.368,79)

**3.22 Resultado do Exercício**

Neste período, a organização apresentou um prejuízo de R\$ 765.012,69. Com este cenário, ficaremos com um prejuízo acumulado de R\$ 2.913.037,33, chegando a um patrimônio líquido de R\$ 17.324.052,19.

**3.23 Risco de Subscrição**

"Risco de subscrição: possibilidade de ocorrência de perdas que contrariam as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo dos pagamentos, quotas e provisões técnicas;" (Resolução 321/2015).

**4 Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais) e está dividido em 2.086.252 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

<p><b>Ariei Vieira da Silva</b> Interventor Substituto CPF nº 379.298.360-53</p>	
<p><b>CARLOS HENRIQUE RADANOVITSK</b> ATUÁRIO MIBA Nº 1213</p>	<p><b>ROBÉRCIO STRUNKIS ROLÃO</b> TÉCNICO - CONTÁBIL - CRCRS Nº 090697/0-3</p>

exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

**Anexo 1**

**Aclub Capitalização S.A.**

(Em milhares de Reais)

<b>1. Provisões Técnicas</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>23.186</b>
<b>2. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2019</b>
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	2.407
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>10.800</b>
<b>3. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2019</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	11.702
Exigência de Capital (CMR) (b)	10.800
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>902</b>

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

Conforme divulgado no Relatório da Administração e na nota explicativa no 1, em 17 dezembro de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria SUSEP nº 6.419 que decretou o regime de Intervenção na ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB e por extensão, também na APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A..

Nos termos da Portaria SUSEP nº 7.195 de 29 de agosto de 2018 foi decretada a Liquidação Extrajudicial da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – APLUB. A referida Liquidação, na forma da decisão prolatada em 30 de agosto de 2018 na ação 1.18.0034154-8 que tramita na 16ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, está suspensa. A base de preparação das demonstrações contábeis da Aplub Capitalização S.A. elaboradas pela administração, observou o pressuposto de continuidade normal de suas operações, não sendo possível avaliar eventuais desdobramentos oriundos do processo de liquidação da controladora Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – APLUB.

Em 31 de agosto de 2018, conforme Portaria SUSEP nº 7198, foi nomeado o novo interventor da Aplub Capitalização.

Conforme divulgado na nota explicativa no 3.10, a sociedade com base na análise individual dos processos, avaliou o seu contencioso jurídico e administrativo provisionando o montante das contingências de natureza, cíveis, trabalhistas e tributárias (administrativas) consideradas como de perda provável, não sendo possível assegurar que tais provisões registradas nas demonstrações financeiras, serão suficientes para fazer frente à eventuais perdas decorrentes de desdobramentos desfavoráveis que possam advir da totalidade das ações e discussões em curso.

**Outros Assuntos**

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram por nós examinadas conforme relatório emitido em 26 de fevereiro de 2019 contendo opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e ênfase quanto a direção fiscal instaurada e regime de intervenção na controladora Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB e por extensão, na APLUB CAPITALIZAÇÃO, contencioso jurídico e administrativo.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.**
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.** a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020



**José Albino Filomena**  
Contador-CRC-RS 43.798